

ANÁLISE TEMPORAL DE ORÇAMENTOS PARA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: UM ESTUDO DE CASO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA

Maria Andreza Dantas de Paula ¹

RESUMO

Observa-se que nos anos entre 2011 e 2022 houve significativa variação do valor destinado à educação na Lei Orçamentária Anual do Instituto Federal da Paraíba, o IFPB. Essa variação, quando é diminutiva, pode gerar impactos no rendimento escolar dos alunos do IFPB. Nesse viés, o presente trabalho tem o objetivo de analisar como as reduções orçamentárias impactam a vida dos estudantes da instituição de ensino mencionada. É relevante destacar que o estudo é baseado no referencial teórico-metodológico do desenvolvimento econômico do país estimulado pela educação, dos ganhos da Política de Assistência Estudantil (PAE) para o corpo discente da instituição e da contextualização política vivida pelo Brasil entre os anos de 2011 e 2022. Foram coletados dados orçamentários por meio do Painel do Orçamento Federal disponibilizado pelo Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento, SIOP, bem como dados educacionais do site do Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, INEP. Após a análise quantitativa, realizada por meio da estatística descritiva dos dados, verificou-se que um menor orçamento disponível reduz a oferta de programas de apoio à permanência aos estudantes e, conseqüentemente, dificulta as condições do aluno manter-se frequentando a escola e ter um rendimento escolar adequado. Essa verificação demonstra a importância da PAE e como é necessária para apoiar o aluno para obter um rendimento escolar satisfatório. Esse estudo destina-se tanto aos avaliadores e elaboradores de políticas públicas assistenciais, quanto aos gestores do IFPB e poderá ajudar com evidências empíricas do uso do recurso público em ações assistenciais.

Palavras-chave: Orçamentos, Assistência Estudantil, Rendimento Escolar.

INTRODUÇÃO

A Política de Assistência Estudantil é materializada por meio de princípios, diretrizes estratégicas e programas que buscam assegurar aos estudantes o acesso, a permanência e o êxito no curso escolhido, com objetivo de formar cidadãos éticos para atuarem no mercado de trabalho e na construção de uma sociedade inclusiva e sustentável. Entretanto, devido a entraves orçamentários, a referida política pode não concretizar suas finalidades, que são apoiar alunos em situação de vulnerabilidade social (PARAÍBA, 2018). Há, nessa política, um anseio por possibilitar uma proteção social aos estudantes

¹ Graduada do Curso de Economia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, m.andrezadantas@gmail.com;

que se encontram em condições desfavoráveis ao prosseguimento das atividades escolares (Gomes; Passos, 2018).

De fato, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, IFPB, funciona desde 1909 (RIO DE JANEIRO, 1909) e tem como propósito formar profissionais no ensino técnico. De acordo com o Relatório de Gestão de 2023 do IFPB (IFPB, 2023), o Instituto possui Campus em 21 cidades da Paraíba e oferta aproximadamente 4 mil vagas, distribuídas entre cursos técnicos e superiores. Desse modo, percebe-se a importância do IFPB no desenvolvimento econômico do estado da Paraíba, tendo em vista a formação de profissionais qualificados para o mercado.

Por fim, descata-se que o objetivo da presente pesquisa é analisar se no período de 2011 a 2022, a variação dos recursos previstos na Dotação Inicial da Lei Orçamentária Anual do IFPB, dos recursos destinados a despesas com assistência estudantil e das matrículas foram favoráveis ou desfavoráveis à execução da Política de Assistência Estudantil.

METODOLOGIA

Para atingir os objetivos pretendidos na pesquisa, foram utilizados indicadores financeiros do Orçamento Público Federal, que constam na Lei Orçamentária Anual. E, como indicadores de Ensino (número de matrículas e taxa de aprovação, reprovação e abandono), foram utilizados dados do Censo Escolar.

Referente aos orçamentos, pode ser definido como um instrumento de controle preventivo que assinala o caminho a ser seguido pela Administração Pública, dando-lhe a necessária autorização para arrecadar e gastar dentro dos limites que se contém no próprio orçamento. Entre as vantagens do orçamento está a fixação de um objetivo definido: o estabelecimento dos meios de controle e a coordenação das atividades (LIMA, 2022, p. 1).

No planejamento e elaboração da proposta orçamentária, processam-se desde o levantamento das ações e dos recursos materiais, humanos e financeiros necessários para a solução de problemas identificados, até a elaboração de uma proposta inicial pela unidade orçamentária no seu âmbito de atuação, integrando e articulando o trabalho das unidades administrativas, tendo em vista a consistência da programação de sua unidade. A proposta é então consolidada e encaminhada ao órgão de planejamento do ente público, que, por sua vez, consolida as propostas e encaminha ao órgão central do sistema de

planejamento e orçamento da União, que elabora o Projeto de Lei Orçamentária da União e encaminha ao Poder Legislativo. Esse trâmite se dá em razão de a iniciativa nas matérias de natureza orçamentária ser do Poder Executivo, mas a competência ser do Poder Legislativo (LIMA, 2022, p. 1).

A proposta consolidada dos Poderes segue para a apreciação legislativa, em que será analisada por uma comissão que promoverá as realocações das dotações e as inclusões de eventuais emendas definidas pelos parlamentares. Depois de aprovada pelo Poder Legislativo e sancionada pelo Chefe do Poder Executivo, a proposta orçamentária é transformada na Lei Orçamentária Anual (LOA). O órgão central de orçamento do Poder Executivo procede, então, à incorporação, em cada unidade orçamentária, da proposta orçamentária ajustada, com a liberação dos respectivos créditos orçamentários (LIMA, 2022, p. 1).

Referente às questões escolares, entende-se o Censo Escolar como um instrumento de coleta de informações da educação básica e uma importante pesquisa estatística educacional brasileira. É coordenado pelo Inep, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, e realizado em regime de colaboração entre as secretarias estaduais e municipais de educação e com a participação de todas as escolas públicas e privadas do país. A pesquisa estatística abrange as diferentes etapas e modalidades da educação básica e profissional (BRASIL, 2007).

Por fim, destaca-se que a pesquisa estatística tem caráter descritivo, é realizada anualmente e é obrigatória para todas as escolas públicas e privadas do país. Sua execução é dividida em duas etapas, que são a coleta de informações sobre os estabelecimentos de ensino, gestores, turmas, alunos e profissionais escolares em sala de aula e a coleta de informações sobre o movimento e o rendimento escolar dos alunos, ao final do ano letivo (BRASIL, 2007).

Quanto ao delineamento da presente pesquisa, o período considerado na análise foram os anos de 2011 a 2022. E a instituição de ensino estudada foi o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.

Dados utilizados na pesquisa

Os dados financeiros utilizados na pesquisa são oriundos do Painel do Orçamento Federal e foram obtidos para o período de 2011 a 2022. Foram realizados filtros do período de 2011 a 2022, esfera Orçamento Fiscal e Orçamento da Seguridade Social,

órgão orçamentário Ministério da Educação, unidade orçamentária Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, programa Educação Profissional e Tecnológica e ação Assistência Estudantil.

Referente aos dados educacionais, foram extraídos os quantitativos de matrículas anuais do ensino médio do IFPB a partir de microdados presentes no Censo Escolar do período analisado.

Análise dos dados

Quanto à análise de dados, foi realizado no excel o cálculo da variação percentual anual das variáveis descritas anteriormente e a estatística descritiva, por meio do cálculo dos valores médios, máximos e mínimos das variáveis (dotação inicial da Lei Orçamentária Anual do IFPB, orçamento da assistência estudantil, matrículas e índice de orçamento/aluno).

REFERENCIAL TEÓRICO

A construção da fundamentação teórica da presente pesquisa está dividida entre seções que tratam da importância da educação para o desenvolvimento econômico do país; da educação profissional e tecnológica promovida pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba; importância da Política de Assistência Estudantil para o corpo discente da referida instituição; e uma breve contextualização política vivida pelo Brasil entre 2011 e 2022.

Educação e desenvolvimento econômico

A educação é um direito social e promove a inclusão social e o desenvolvimento econômico de um país. É também um dos componentes do índice de desenvolvimento econômico do Brasil, indicado pela taxa de alfabetização e taxa de matrículas nos três níveis de ensino (SOUZA, 2012, p. 17).

Giambiagi (2012, p. 120) afirma que a falta de investimento em educação básica ocasiona graves consequências para a economia. “O baixo investimento em educação pública, associado à elevada taxa de crescimento populacional, amplificou os impactos negativos da adoção do modelo de substituição de importações, criando mão de obra

pouco qualificada para um mundo cada vez mais competitivo.” (GIAMBIAGI, 2012, p. 120).

Educação Profissional e Tecnológica promovida pelo IFPB

O Instituto Federal de Educação da Paraíba desempenha o papel importante de profissionalizar jovens e adultos para o mercado de trabalho.

Conforme Wittaczik (2008, p. 79) afirma, “o Presidente da República Nilo Peçanha, instituiu oficialmente a educação profissional brasileira que, vista como instrumento de capacitação ou adestramento para atender ao crescente desenvolvimento industrial e ao ciclo de urbanização, tinha caráter assistencialista em relação à massa trabalhadora. Ocorreu a criação de 19 Escolas de Aprendizes Artífices, difundidas com o intuito de preparar gerações vindouras para a continuidade dos ofícios, suprindo, assim, o mercado produtivo, dominado pela burguesia emergente, formando profissionais advindos das camadas pobres da população.”

Política de Assistência Estudantil

Para garantir a oferta de uma educação pública igualitária e inclusiva, o IFPB possui a Política de Assistência Estudantil.

A Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), em consonância com seu Estatuto e Regimento Geral, dar-se-á mediante o estabelecimento de um conjunto de princípios e diretrizes estratégicas, materializado por meio de programas que visam assegurar aos educandos o acesso, a permanência e a conclusão do curso, na perspectiva de formar cidadãos éticos para atuarem no mundo do trabalho e na construção de uma sociedade inclusiva, justa, sustentável e democrática.” (PARAÍBA, 2018, p. 1).

Contexto político brasileiro no período de 2011 a 2023

Observou-se que no período de 2011 a 2023, o montante de gastos públicos com educação variou em cada contexto político vivido pelo país. Entre 2011 e 2016, que foi o governo de Dilma Rousseff, foi praticada uma política fiscal mais preocupada com a

distribuição de renda, os gastos sociais, a política de ganho real do salário-mínimo e com a aceleração do crescimento do país (Teixeira, 2014).

Santos et al (2017) afirmam que nesse período as instituições de ensino federais receberam grandes investimentos nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, por meio da abertura de novos cursos, construção de novos campi e modernização dos já existentes, interiorização dos campi e inserção do Ensino à Distância (EaD), e desenvolvimento de projetos juntamente com instituições do exterior.

Já entre os anos de 2016 e 2018, que foi o governo de Michel Temer. Nesse período, houve o foco na política de pagamento de juros e de amortizações da dívida pública, em detrimento de financiar políticas públicas; reformar a Previdência Social; desvincular as receitas da União, sobretudo quanto aos gastos com educação e com saúde pública (LIMA, 2019).

Entre 2019 e 2022, que foi o governo de Jair Bolsonaro, caracterizou-se por ser um período de política autoritária, conservadora sob o prisma social e economicamente neoliberal (BORGES, 2021). A agenda do governo relacionada a educação, conforme Oliveira (2021) discute, pareceu dispersa ou até mesmo ausente, com as proposições para a pasta sendo tecidas em um contexto conturbado.

Por fim, Dourado (2019) ressalta que o Governo Bolsonaro fez intensas críticas às instituições de ensino públicas, pondo em dúvidas as finalidades da Educação escolar e concretizando esses questionamentos através de fortes reduções de recursos financeiros destinados à educação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram ordenados na base de dados os orçamentos, que foram extraídos do Painel do Orçamento Federal, e o número de matrículas, que foram extraídos do Censo Escolar, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba entre os anos de 2011 e 2022.

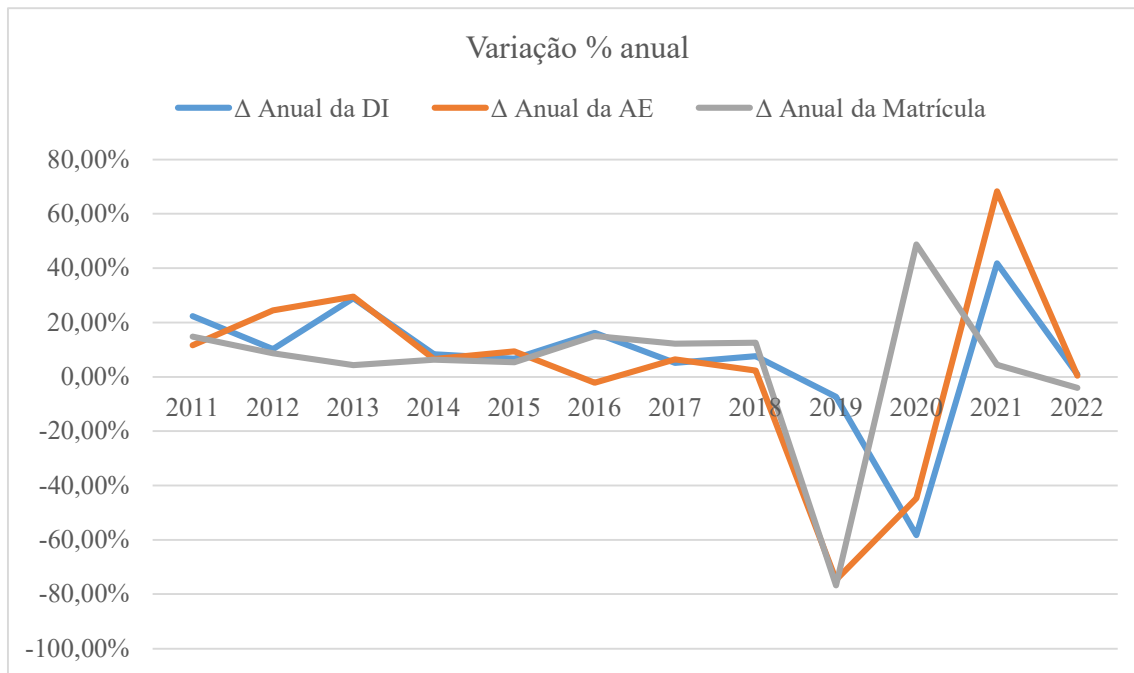
De acordo com os resultados apresentados na Tabela 1 e na Figura 1, percebe-se que, com relação a variação anual da Dotação Inicial do orçamento do IFPB, houve estabilidade no valor ente os anos de 2011 e 2018. Entretanto, entre os anos de 2018 e 2020, houve forte queda da dotação inicial. E entre os anos de 2020 e 2021, houve crescimento do valor, tendo queda novamente entre 2021 e 2022.

Tabela 1 – Percentual de aumento anual da Dotação Inicial da Lei Orçamentária Anual do IFPB, Percentual de aumento anual do Orçamento para Assistência Estudantil do IFPB e Percentual de aumento anual do número de matrículas do IFPB, entre os anos de 2011 e 2022

Ano	Δ Anual da Dotação Inicial da LOA	Δ Anual da Dotação Inicial da Assistência Estudantil	Δ Anual do Número de Matrículas
2011	22,35%	11,64%	14,84%
2012	10,14%	24,47%	8,69%
2013	28,86%	29,57%	4,32%
2014	8,26%	6,57%	6,26%
2015	6,63%	9,39%	5,33%
2016	16,23%	-2,13%	15,00%
2017	5,16%	6,41%	12,15%
2018	7,57%	2,30%	12,50%
2019	-7,38%	-74,66%	-76,76%
2020	-58,19%	-44,76%	48,79%
2021	41,84%	68,29%	4,44%
2022	0,82%	0,35%	-4,08%

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Censo Escolar de 2011 a 2022 e do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal

Figura 1 – Variação anual do Dotação Inicial da Lei Orçamentária Anual do IFPB, Percentual de aumento anual do Orçamento para Assistência Estudantil do IFPB e Percentual de aumento anual do número de matrículas do IFPB, entre os anos de 2011 e 2022



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Censo Escolar de 2011 a 2022 e do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal

Situação semelhante nota-se com a dotação inicial anual da parcela do orçamento destinada à assistência estudantil. Entre os anos de 2011 e 2018, houve estabilidade no valor, os anos de 2018 e 2019 apresentam queda no valor, de 2019 até 2021 nota-se o crescimento no valor, caindo novamente entre 2021 e 2022.

Por fim, com relação ao número de matrículas anuais no IFPB, percebe-se estabilidade no número de matrículas do IFPB entre os anos de 2011 e 2018, queda entre os anos de 2018 e 2019, aumento entre os anos de 2019 e 2020 e, novamente, queda entre os anos de 2020 e 2022.

Nesse contexto, nota-se por meio da Tabela 2 que a dotação inicial do orçamento do IFPB, entre os anos de 2011 e 2023 aumentou, em média, 6,86%, enquanto a dotação inicial anual da assistência estudantil aumentou apenas 3,12% e o número de matrículas aumentou 4,29%. Dessa forma, percebe-se que o número de matrículas acompanhou o aumento da dotação inicial da referida instituição. Porém, a parcela do orçamento destinada à assistência estudantil, não acompanhou o crescimento do número de matrículas e nem do orçamento total do IFPB.

Tabela 2 – Estatística descritiva das variáveis Dotação Inicial da Lei Orçamentária Anual, orçamento da assistência estudantil, matrículas e orçamento por aluno, entre os anos de 2011 e 2022

Variável	Média	Máximo	Mínimo
Dotação Inicial da LOA	6,86%	41,84%	-58,19%
Orçamento da Assistência Estudantil	3,12%	68,29%	-74,66%
Matrícula	4,29%	48,79%	-76,76%
Orçamento/aluno	-8,69%	66,81%	-182,69%

Fonte: elaborado pela autora com base nos dados do Censo Escolar de 2011 a 2022 e do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa buscou comparar a variação orçamentária do IFPB, a parcela destinada ao custeio da assistência estudantil e o número de matrículas do IFPB. No levantamento dos dados realizado foi verificado que no período de 2011 a 2022 o número de matrículas do IFPB aumentou numa proporção maior que o valor orçado para a assistência estudantil nesse período.

Com essa verificação é possível deduzir que, nesse período analisado, um número cada vez maior de alunos do IFPB não foi contemplado com as ações da Política de Assistência Estudantil. Isso pode dificultar o rendimento escolar do aluno e levá-lo a reprovar de ano ou abandonar os estudos.

Para estudos futuros, sugere-se ampliar a análise para os Institutos Federais de todos os estados do Nordeste, para verificar se o resultado na pesquisa atual é sustentado. Além disso, a pesquisa pode ser ampliada para analisar variáveis como taxa de aprovação, de reprovação e de abandono das referidas instituições.

REFERÊNCIAS

BORGES, A. The illusion of electoral stability: from party system erosion to right-wing populism in Brazil. **Journal of Politics in Latin America**, v. 13, n. 2, p. 166–191, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1177/1866802X211005164>.

DOURADO, L. F. Estado, educação e democracia no Brasil: retrocessos e resistências. **Educação & Sociedade**, v. 40, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302019224639>.

GIAMBIAGI, Fabio et al. **Desenvolvimento econômico: uma perspectiva brasileira**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

BRASIL. **Portaria MEC nº 316 de 04/04/2007**. Dispõe sobre o Censo Escolar da Educação Básica que será realizado em regime de colaboração entre a União, os Estados e os municípios, coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. Brasil. Disponível em:
<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=202025>

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA. Conselho Superior. **RESOLUÇÃO-CS Nº 16, DE 02 DE AGOSTO DE 2018**. Dispõe sobre a convalidação da Resolução-AR nº 25, de 21/06/2018 que aprova a reformulação da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Paraíba: Conselho Superior, 2018. Disponível em:
<https://www.ifpb.edu.br/prae/defe/principais-normas-e-legislacoes/politica-de-assistencia-estudantil-do-ifpb.pdf/view>

LIMA, D. V. **Orçamento, Contabilidade e Gestão No Setor Público**. 2. Ed. Barueri: Grupo GEN, 2022.

LIMA, K. Universidade pública e contrarrevolução: da “travessia de uma ponte” ao “caminho da prosperidade”. **Em Pauta**, v. 17, n. 44, 2019. DOI:
<https://doi.org/10.12957/rep.2019.45207>.

OLIVEIRA, V. A. de. A Educação no Governo Bolsonaro: o dito e o feito no primeiro ano de mandato. **Confluente - Rivista di Studi Iberoamericani**, v. 13, n. 1, p. 195-225, 2021. DOI: <https://doi.org/10.6092/issn.2036-0967/13092>.

SANTOS, A. R.; MOURA, H. J. de. O Orçamento e o desempenho nas universidades federais entre 2005 a 2014. **Revista FSA**, v. 14, n. 3, p. 03-27, 2017. DOI:
<https://doi.org/10.12819/2017.14.3.1>.

SOUZA, Nali de Jesus. **Desenvolvimento Econômico**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

TEIXEIRA, R. A. **Rentismo, Fissuras no Bloco do Poder e as Eleições Presidenciais**. Carta Maior. [s.l.], 05 set. 2014. Disponível em:
<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Rentismo-fissuras-no-bloco-no-poder-e-aseleicoes-presidenciais/4/31749>.



WITTACZIK, L. S. Educação Profissional no Brasil: histórico. **E-Tech: Atualidades Tecnológicas para Competitividade Industrial**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 77-86, jan./jun., 2008.